

EDUCAÇÃO, POLÍTICA E SOCIEDADE. UMA DISCUSSÃO COM DURKHEIM, ADORNO E ALTHUSSER

Autor: Alan Rangel Barbosa¹

RESUMO

Este paper tem por objetivo refletir sobre a educação a partir de três importantes autores do século XX, Durkheim, Adorno e Althusser, que trataram do tema da educação amparado nas mudanças e acontecimentos históricos e culturais de sua época. Pensaram a educação descolada das condições culturais e materiais, das instituições, como o Estado, e das ideologias vigentes, atravessadas por relações de poder e novas relações sociais entre crianças e adultos. Por último, fizemos um esforço para ajudar a pensar no papel da Universidade na contemporaneidade à luz dos pensadores.

Palavras-chaves: educação; Durkheim; Adorno; Althusser

EDUCATION, POLITICS AND SOCIETY. A DISCUSSION WITH DURKHEIM, ADORNO AND ALTHUSSER

ABSTRACT:

This paper aims to reflect on education based on three important authors of the 20th century, Durkheim, Adorno, and Althusser, who dealt with the theme of education based on the historical and cultural changes and events of their times. They thought of education detached from cultural and material conditions, from institutions, such as the State, and from prevailing ideologies, crossed by power relations and new social relations between children and adults. Finally, we have made an effort to help think about the role of the University in contemporary times in light of the thinkers.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela UFBA. Professor efetivo da Faculdade Visconde de Cairu e professor substituto da UFPI. Email: allan_rangel@hotmail.com . Contato: 71-996621570

Keywords: education; Durkheim; Adorno; Althusser

1. EDUCAÇÃO E AUTORIDADE

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não se encontram preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina. (...) No homem [diferentemente do que acontece entre os animais], as aptidões de todo o gênero que a vida social pressupõe são muito complexas para (...) materializarem-se sob a forma de predisposições orgânicas. Disso se depreende que elas não podem ser transmitidas de uma geração a outra por meio da hereditariedade. É pela educação que se faz a transmissão (DURKHEIM, 2011, p. 55).

Émile Durkheim, sociólogo francês, um dos fundadores da Sociologia, na obra *Educação e Sociologia*, explica que não há uma educação ideal, universal, perfeita, válida para todas as épocas. A educação é um campo variável. Nas sociedades modernas democráticas e liberais, se cultiva mais a individualidade, a crítica, a liberdade de pensamento e expressão. Mas nem sempre foi assim. Em outros modelos de sociedade, a educação hegemônica era mais voltada para a honra, em outros para subordinação da razão pela fé, outros, ainda, para a perpetuação da reprodução do trabalho familiar e comunitário.

Cada ajustamento social tem seu sistema de educação que se impõe aos indivíduos, de forma irresistível a eles. Pais e educadores são mediadores desse sistema de regras e condutas. Por isso, são as gerações precedentes que contribuirão para a educação presente.

O sociólogo insiste que a educação é uma socialização da jovem geração pela geração adulta. Significa dizer que a melhor definição de educação é da geração mais velha que exerce uma ação sobre os mais jovens.

O preceptor é quem dispõe das coisas, quem está por trás delas, que "as ordena legitimamente". Ao formar a criança pela experiência direta, cria em

sua mente o sentido de realidade e de necessidade, dois elementos essenciais para alguém que dentro de pouco deverá enfrentar-se com a sociedade como algo real (DURKHEIM, 1998, p. 17).

A educação é, ao mesmo tempo, múltipla, em termos de aptidões individuais e até das diferenças entre grupos, classes, lugares numa mesma sociedade - e, no contexto atual, a complexidade demanda essas diferenciações no cumprimento de funções sociais também complexas -, e singular, no sentido de uma base comum ao povo educado, em que cada aglomerado social elabora um certo ideal de humano, do ponto de vista intelectual, físico e moral. A direção idealizada é, em certa medida, voltada a todos os membros.

Nesse sentido, a sociedade só sobrevive com certa homogeneidade na persistência da vida coletiva; e, por outro, a cooperação seria também impossível sem uma certa dose de diversidade nas operações sociais.

A educação é a socialização metódica das novas gerações, pois há dois seres que constituem o humano: individual, que diz respeito apenas a nós mesmos, nossos gostos e personalidade; e social, envolto em um sistema de ideias, sentimentos e hábitos externos, gradualmente internalizados. É esta última, o objetivo fulcral da educação. Todo ser que nasce é egoísta e associal. Cada novo nascimento é, via de regra, um ser de tábula rasa, com exceção de algumas "tendências vagas e incertas da hereditariedade" (DURKHEIM, 2003). Se cria um novo ser, não o despertar de elementos primitivos no organismo individual, pois é importante ir além da vivência e insistir na convivência. Nos animais, a natureza já os dota de um programa prévio sobre o que fazer; já no ser humano, a cultura é que traz os sentidos da vida social, pois não há nada nele inscrito a priori.

As necessidades do meio provocam os interesses para os indivíduos - o que a sociedade espera deles. Não existe algo oculto que desperte faculdades elevadas, como a educação científica, filosófica, artística ou religiosa.

A imposição cultural é boa: humaniza cada vez mais. A educação tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança estados físicos e morais que são requeridos pela sociedade política no seu conjunto. Só somos humanos porque vivemos em sociedade, afinal ela nos auxilia.

Do que resulta a moral? Da vida em comum. Ela foi capaz de impulsionar a vivência com estranhos. É a sociedade que nos faz sair de nossos ímpetos meramente egoístas, naturais, pois aprendemos o autodomínio contra as forças cegas interiores.

A acumulação de conhecimento para a posteridade é produto da sabedoria humana sem cessar. A acumulação é fundamental na perpetuação da civilização. Este modo de proceder está acima das bestialidades, comum a cada novo nascimento. Só nos tornamos humanos com esforços exigidos pela e para a sociedade; afora isto seríamos completamente bestiais.

O papel da educação. A educação não pode ficar à mercê de critérios subjetivos, individuais ou familiares. Uma vez que, na modernidade, ela tem uma função essencialmente social, pública, cabe ao próprio Estado conduzi-la. Mas ele também não pode, necessariamente, monopolizar o ensino; no entanto, deve controlá-lo dentro de certos limites. Isso faz parte de a escola transmitir princípios gerais para que os professores assim também o executem; são questões objetivas. Exemplo do ensino da ciência, do direito e da moral democrática.

Ainda sobre o poder da educação. O instinto é algo que já nasce conosco: é um sistema de movimentos determinados que são sempre idênticos, sem que a reflexão possa intervir em algum momento. Herdamos algumas qualidades gerais naturais: alguns têm uma maior falta de atenção, outros têm mais facilidade de aprendizado etc. Mas isso não determina quem seremos. Há bastante flexibilidade. O futuro não se encontra pré-determinado pela nossa constituição congênita.

Para Durkheim, a educação, em essência, deve ser uma questão de autoridade. Autoridade ou referência moral é a maior qualidade do educador; é ele que estimula o senso de dever do educando. Autoridade moral não é repressão ou violência. Isto é abuso. Medo do castigo não é igual ao respeito à autoridade. O castigo precisa ser visto como justo pelo indivíduo que recebe.

É papel também do educador ser crente, no sentido de acreditar em algo, na sua missão de educar. É algo de grandioso a tarefa do professor, pois deve ser exemplo aos demais. Ele tem a enorme missão de ensinar pessoas aptas para viver, pacificamente, com outros, além de ser um intérprete crucial dos valores morais com a finalidade de promover coesão social.

Para o pensador francês, não há oposição entre liberdade e autoridade. A liberdade é filha da ordem, pois não se pode fazer o que bem se quer: há limites respaldados pela autoridade. É preciso trabalhar esse autocontrole na criança. Por isso, ela deve exercer repressão sobre si mesma. Só assim conseguirá saltar os impulsos egoístas, tendo como norte a busca de autodomínio.

A criança deve, portanto, estar acostumada a reconhecer a autoridade na palavra do educador e a respeitar a sua superioridade. Esta é a condição para que mais tarde ela a reencontre em sua consciência e acate o que ela prescrever (DURKHEIM, 2013, p. 73).

2. EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO

Este bloco é baseado no livro *Educação e Emancipação*, organizado pelo filósofo alemão, Theodor Adorno.

Um dos fundadores da Teoria Crítica, da Escola de Frankfurt, na Alemanha, Adorno, entende que o objetivo fundamental da educação é o “para quê”. É necessário um afastamento de modelos ideais, universais, preestabelecidos de educação. A autonomia, a emancipação do indivíduo, é algo que se deve ter em vista, jamais abandonado.

Uma democracia, aqueles que a defendem, só funciona de forma esclarecida quando o indivíduo é emancipado, ou seja, quando munido de decisão consciente, deliberada, autônoma. E a educação deve ser compreendida em um equipar-se para adaptar-se ao mundo, mas mantendo as qualidades peculiares de cada um. O desafio é aliar resistência (alinhamento com o social) e adaptação (dedicação individual).

Intermediar uma consciência da realidade é uma tarefa intimamente vinculada a relação entre teoria e prática. E, certamente, o ponta pé é na pré-escola. Dado que a realidade é dialética (imbuída de contradições), é necessário educar com vistas a entender as oposições que cerca os estudantes. Quais as contradições vigentes? De que forma é possível enfrentar as injustiças sociais?

Desde o início, na educação infantil, o processo de conscientização deve se desenvolver paralelamente ao processo de promoção da espontaneidade (o que inclui o inventivo, o não padrão, o não dogmático).

Nesse ponto, é necessário superar, permanentemente, a alienação - um certo distanciamento da experiência imediata com a realidade, do factual, do mundo empírico. Superar a inaptidão à experiência deve ser um dos princípios da educação escolar; é uma necessidade de embricar os conteúdos com a prática, no cotidiano. Sem aptidão à experiência não existe propriamente um nível qualificado de reflexão, pois os jovens ficarão presos a modelos gerais, supostamente verdadeiros, do passado que, muitas vezes, exclui a participação de vários atores sociais e inibe qualquer manifestação individual fora de uma determinada régua comportamental.

O que é a reflexão? É o pensamento sobre a realidade, ao seu conteúdo. Pensar é o mesmo que fazer experiências intelectuais, e não propriamente uma questão de exercício lógico, uma ação meramente voltada a meios eficientes e fins desejados, caricaturado como *homo economicus*.

A educação à experiência é idêntica à educação para a emancipação: incita o exercício da espontaneidade, da imaginação, da autenticidade. A educação para a vida é muito mais importante do que uma educação tecnicista. Pensar no agente emancipado é tomar cuidado com autorreferenciado, o que se vê autossuficiente, desconectado do tecido social.

O que se deve ter em mente, é que a forma mais ajustada na formação do ser é contribuir para sua individualidade e, ao mesmo tempo, a sua função na sociedade.

2.1 Educação e barbárie

Pode-se dizer que barbárie é um impulso para uma agressividade primitiva; um impulso à destruição ou falência da civilidade. Mas a desbarbarização não significa elogio à moderação, restrição das agressões fortes ou eliminação da própria agressão. Absolutamente. “Como poderia amar o bem se não odiasse o mal?” (Strindberg).

A violência pode ser um sintoma da barbárie, mas não precisa necessariamente sê-lo. Barbárie existe em toda parte em que há uma regressão à violência física, primitiva, sem que haja uma vinculação transparente com objetivos racionais de integração e

aperfeiçoamento social inclusivo. Portanto, barbárie se afina à sistemática e rotineira apologia à erupção da violência.

Em circunstâncias em que a violência conduz inclusive a situações bem constrangedoras, em contextos transparentes para a geração de condições humanas mais dignas, ela pode não ser condenada como barbárie. Não é barbárie a demonstração de jovens ou adultos, politicamente engajados, baseada em considerações racionais, ainda que rompa os limites da legalidade. Pode ser um agir político refletido, deliberado, enfim, uma luta por inclusão, melhores condições. Também pode ser um enfrentamento contra um ato autoritário de um governo profacista.

O exagero da intervenção do Estado contra manifestações políticas construtivas, aí sim, é barbárie. Abuso de poder e autoridade é barbárie.

Contudo, as reflexões e a racionalidade por si só não constituem provas contra a barbárie (a exemplo de apertar o botão, num Estado tecnocrata, que, deliberadamente, exterminará milhares de pessoas). A reflexão pode servir tanto à dominação cega como ao seu oposto. As reflexões precisam, portanto, ser transparentes em suas finalidades.

Quando não balizada em formas muito flexíveis, e que acabem rapidamente, a competição representa em si um elemento de educação para a barbárie. O ensino que não se realiza em formas mais humanizadas, de maneira alguma proporciona o fortalecimento do instinto de competição. Quando muito, é possível educar, dessa maneira, esportistas, mas não pessoas desbarbarizadas. É preciso desacostumar as pessoas de se darem cotoveladas. Cotoveladas constituem, sem dúvida, uma expressão da barbárie. Eis, muitas vezes, o que faz a competição. Já viram a violência que acontece nos estádios de futebol? Quantos atos de vandalismo já vimos ocorrer? As pessoas precisam ser educadas para compreenderem que esporte não pode ser tratado como guerra, mas como uma competição. O adversário não é inimigo, apenas um adversário.

Mas o esporte tem esse caráter ambíguo: por um lado, ele pode ter um efeito contrário à barbárie e ao sadismo, por intermédio do fair-play, do cavalheirismo e do respeito pelo mais fraco; por outro, também promove a brutalidade, é o caso, principalmente, dos espectadores.

Freud fundamentou, de um modo essencialmente psicológico, a tendência à barbárie mostrando, por exemplo, que por intermédio da cultura as pessoas continuamente experimentam fracassos, desenvolvendo sentimento de culpa subjacentes

que acabam se traduzindo em agressão. Mas Adorno fala em razões objetivas da barbárie: sobre a falência da cultura. Esta acabou dividindo os homens, a exemplo do trabalho físico e intelectual. E essa divisão criou uma descrença na própria função da cultura (em tese, um ambiente que deveria ter por finalidade o aprimoramento da convivência). A descrença na promessa da cultura levou as pessoas à inação, a uma passividade frente ao horror.

Com a educação contra a barbárie no fundo não pretendo nada além de que o último adolescente do campo se envergonhe quando, por exemplo, agride um colega com rudeza ou se comporta de um modo brutal com uma moça; quero que por meio do sistema educacional as pessoas comecem a ser inteiramente tomadas pela aversão a violência física (ADORNO, 1995, p.164).

Somente quando formos exitosos no despertar desta vergonha, as pessoas serão incapazes de tolerar a brutalidade com os outros. O sentimento da vergonha deve começar desde a pré-escola. O importante é deixar as agressões se expressarem nesta idade, mas ao mesmo tempo iniciar a sua reelaboração. A perpetuação da barbárie na educação é mediada essencialmente pelo princípio da autoridade, uma autoridade não esclarecida, não construtiva. Significa dizer que:

Determinadas manifestações de autoridade, que assumem um outro significado, na medida em que já não são cegas, não se originam do princípio da violência, mas são conscientes, e, sobretudo, que tenham um momento de transparência inclusive para a própria criança; quando os pais "dão uma palmada" na criança porque ela arranca as asas de uma mosca, trata-se de um momento de autoridade que contribui para a desbarbarização (ADORNO, 1995, p.166).

Enfim, é na primeira infância que a criança não pode ser nem submetida autoritariamente à violência, e muito menos se sentir insegura, sem orientação. A desbarbarização precisa ser acompanhada desde o início.

Determinadas manifestações de autoridade, que assumem um outro significado, na medida em que já não são cegas, não se originam do princípio da violência, mas são conscientes, e, sobretudo, que tenham um momento de transparência inclusive para a própria criança; quando os pais "dão uma palmada" na criança porque ela arranca as asas de uma mosca, trata-se de um momento de autoridade que contribui para a desbarbarização (ADORNO, 1995, p.167).

3. EDUCAÇÃO E OS APARELHOS IDEOLÓGICOS

No texto *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, do marxista argelino, Louis Althusser, há a discussão, já iniciada pelo italiano Antonio Gramsci, sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). Estas devem ser vistas tanto na superestrutura como na infraestrutura, dentro da uma lógica de reprodução social; se apresentam aos indivíduos, inseridos numa sociedade de classes, de uma forma distinta e especializada em configuração de ideologia. Igrejas, escolas, o modelo familiar, o modelo jurídico, as diferentes mídias e o sistema político contribuem para perpetuação das contradições da produção econômica e naturalização do lugar da produção, encobrindo a luta de classes.

Já o Aparelho Repressivo do Estado (ARE): Governo, administração, exército, polícia, tribunais, prisões etc., são instituições que funcionam através da violência - explícita, em último caso. E é monopólio centralizado do Estado, um todo organizado, como unidade.

AIE podem não ser entidades propriamente públicas, como escolas, igrejas, mídias, mas, no fundo, todas elas reproduzem o interesse da classe dominante. Afinal todo Estado é de classe. O importante é entender seu funcionamento.

O ARE funciona primariamente pela repressão, física ou não, e secundariamente através da ideologia. O AIE funciona primariamente através da ideologia e secundariamente usando a repressão (atenuada, dissimulada ou simbólica), como sanção, exclusão, censura, humilhação etc.

Os AIE, apesar de serem distintos, tem em comum reproduzirem a ideologia da classe dominante.

Esta observação obre-nos a via da compreensão do que constitui a unidade do corpo aparentemente díspar dos AIE. Se os AIE «funcionam» de maneira massivamente prevalente pela ideologia, o que unifica a sua diversidade é precisamente este funcionamento, na medida em que a ideologia pela qual funcionam é sempre unificada apesar das suas contradições e da sua diversidade, *na, ideologia dominante*) que é a da «classe dominante (ALTHUSSER, 1980, p. 48).

Nenhum Estado consegue manter-se no poder, de forma segura e permanente, sem ter domínio dos aparelhos ideológicos. Mas, há luta nos próprios aparelhos para manutenção da hegemonia de uma classe sobre as demais, inclusive entre as frações.

O autor não nega a condição fundamental da sociedade burguesa, que é a condição da atividade econômica, nas relações de produção, que são relações de exploração, mas que não é condição suficiente para manter a hegemonia de uma classe.

A reprodução das relações de produção, em última instância, relações de exploração, é assegurada, em grande parte pelo aparelho repressor do Estado e, também, pelos aparelhos ideológicos no Estado e dispersos na sociedade. De maneira geral, o aparelho repressor do Estado é dirigido por representantes da classe no poder, que executam a política de classes, numa unidade centralizada e unificada. Já os Aparelhos Ideológicos, que são diferentes, têm sua unidade garantida pela própria ideologia dominante da classe burguesa.

3.1 O papel estrutural da Escola

No período pré-capitalista, a Igreja era o aparelho ideológico mais dominante na sociedade feudal. Na Era moderna, é a escola o aparelho ideológico dominante central para manter as relações desiguais de classe.

Não importa a forma de governo, se democrático ou autocrático, a burguesia se utiliza do aparelho ideológico escolar para formar crianças e jovens visando a manutenção do status quo da sociedade de classe, conservando as relações de exploração.

Desde a pré-primária, a Escola toma a seu cargo todas as crianças de todas as classes sociais, e a partir da Pré-Primária, inculca-lhes durante anos, os anos em que a criança está mais «vulnerável», entalada entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado Escola, «saberes práticos» (*des «savoir faire»*) envolvidos na ideologia dominante (o francês, o cálculo, a história, as ciências, a literatura), ou simplesmente, a ideologia dominante no estado puro (moral, instrução cívica, filosofia). Uma enorme massa de crianças cai «na produção»: são os operários ou os pequenos camponeses. A outra parte da juventude escolarizável continua: e seja como for faz um troço do caminho para cair sem chegar ao fim e preencher os postos dos quadros médios e pequenos, empregados, pequenos e médios funcionários, pequeno-burgueses de toda a espécie. Uma última parte consegue aceder aos cumes, quer para cair no semi-desemprego intelectual, quer para fornecer, além dos «intelectuais do trabalhador colectivo», os agentes da exploração, (capitalistas, *managers*), os agentes da repressão (militares, polícias, políticos, administradores) e os profissionais da ideologia (padres de toda a espécie, a maioria dos quais são «laicos» convencidos) (ALTHUSSER, 1980, p. 65).

A escola forma indivíduos com as seguintes ideologias funcionais: a) papel de explorado: educando a consciência profissional, moral, cívica, apolítica, nacionalista, meritocrática; b) papel de agente da exploração: saber comandar e dirigir os operários – as relações humanas; c) agentes da repressão: saber comandar, fazer-se obedecer sem discussão, ou saber manipular ideologicamente a retórica dos dirigentes e d) profissionais da ideologia: saber tratar as consciências para se comportarem para uma certa visão de mundo dominante.

A educação escolar é diferenciada de outros aparelhos pelo de fato de ela obrigar, por muito mais tempo, a criança a uma audiência obrigatória, diariamente: 14, 15, 16 anos frequentando a escola.

Os mecanismos reproduzidos na escola, através dos docentes, professam uma espécie de neutralidade – por supostamente serem instituições laicas - desprovida de uma ideologia de classe, uma certa visão de mundo. Só uma ínfima maioria dos professores carregam o princípio de suspeita sobre o sistema capitalista. A maioria são meros reprodutores da dos valores dominantes.

Peço desculpa aos professores que, em condições terríveis, tentam voltar contra a ideologia, contra o sistema e contra as práticas em que este os encerra, as armas que podem encontrar na história e no saber que «ensinam». Em certa medida são heróis. Mas são raros, e quantos (a maioria) não têm sequer um vislumbre de dúvida quanto ao «trabalho» que

o sistema (que os ultrapassa e esmaga) os obriga a fazer, pior, dedicam-se inteiramente e em toda a consciência à realização desse trabalho (os famosos métodos novos!) (ALTHUSSER, 1980, p. 67).

4. COMO PENSAR O PAPEL DA UNIVERSIDADE?

Com base nos três autores trabalhados neste artigo, como pensar a Educação na sociedade atual no âmbito da Universidade?

O primeiro passo é como conciliar respeito às autoridades – docente e ciência – junto ao processo de emancipação social, o que inclui espaço às individualidades, à criatividade com incentivo à reflexão voltada para mudanças sociais, e o enfrentamento à reprodução das desigualdades e da perpetuação da exclusão social.

Deve-se considerar a preocupação de Durkheim, levando em consideração o seu contexto, em que as mudanças engendradas por uma educação moderna, efeito das estruturas sociais cada vez mais centradas no indivíduo, em constante transformação, eleva o risco de uma anomia social crônica. Pois, dentro de uma composição de uma solidariedade orgânica, sem o compromisso das partes, sem entender a importância do outro para uma sociedade pacífica, numa constituição de interdependência, não há referências para a futura geração.

O papel da Universidade é promover um amplo debate com a sociedade sobre a autoridade da ciência, não para menosprezar os outros saberes, mas para mostrar a importância que ela teve no desenvolvimento da modernidade, das melhorias proporcionadas no campo da saúde, enfrentamento de doenças e pandemias, nas políticas públicas, com especialistas à frente no combate à violência e a pobreza, nas diversas tecnologias que reduziram tempo e espaço nas comunicações, aumentando a possibilidade de contatos sociais. Assim, a instituição Universidade e a ciência são uma célula moderna fundamental na solidariedade orgânica.

Ao falar também da importância da autoridade do docente, Durkheim sustenta uma composição moral válida para qualquer tempo, pois é a base de qualquer solidariedade social. Mostra que qualquer pessoa inteligente pode instruir.

Ensinar é tornar possível uma aprendizagem. Instruir é dotar o ensino de uma utilidade prática. Mas educar é a capacidade de alguém ter de apontar um norte, uma direção válida ao educando, considerando que o educador se apresenta como uma referência moral, muito além de ser um mero instrutor. Então, o professor ou professora, mestres em suas respectivas áreas de formação, devem ser exemplos de dedicação, comportamento, comprometimento com o saber, promovendo a paixão pelo conhecimento como fim em si mesmo.

O desrespeito ao docente contribui com a perda da importância do espaço acadêmico. O professor deve ser uma referência intelectual, sim, mas também moral, do ponto de vista de integridade e respeito frente aos educandos, jamais assumindo uma postura de arrogância, insensibilidade e autoritarismo. Também é papel dele compreender, assim como a escola e a universidade, a realidade dos estudantes, suas demandas e dificuldades práticas, bastante diversas, sem abandonar o que é fundamental no espaço da educação: o conhecimento do passado, do presente e perspectivas para o futuro. E, sim, é o educador ou educadora a pessoa legitimada no cumprimento desta grandiosa tarefa.

Adorno ressalta a importância da educação para a emancipação. A preocupação do autor é não repetição histórica dos regimes fascistas, que inibiram a capacidade dos indivíduos de pensarem por si próprios. A Universidade deve proporcionar, dentro de seus limites, a liberdade dos indivíduos, a liberdade de pensar, promovendo o esclarecimento, para usar o um termo caro ao filósofo Immanuel Kant. Liberdade aqui, não no sentido banal do que “faça o que você quiser sem responsabilidade com outro”, mas no sentido de desenvolvimento das habilidades que cada um possui, sem perder de vista o papel que todos temos como agentes sociais. Especificamente na formação docente, é crucial que os futuros mediadores se atentem a promover uma educação voltada à desmassificação, hiperdimensionada pela indústria cultural capitalista, e o enfrentamento à padronização de normas excessivas, autoritárias, que acabam desprezando as capacidades autênticas de cada personalidade em formação.

É importante assinalar que as diferenças não devem produzir hierarquias que impliquem superioridade moral. O que Auschwitz produziu foi a indiferença com a existência do outro, o outro visto como inimigo da Nação, como sub-cidadão,

logo como um objeto, não humano. O nazismo não produziu seres que entendam que todos sofremos, temos fraquezas, medos, sonhos, esperanças; mas produziu uma falsa concepção de que alguns são superiores moralmente, seja pela questão do físico, raça, etnia e intelecto. É essa a doença da barbarização social que foi produzida e deve ser evitada.

O que o totalitarismo também ensinou é que instituições devem ser independentes, ter vida própria, o que implica, também, a existência de uma Universidade autônoma, pois toda forma de Estado total e planejado, tal como foi o regime fascista e comunista, de completa administração sobre os corpos e mentes das pessoas, de absorção da sociedade civil e dos espaços de convivência, é empobrecer e unidimensionalizar a realidade, destruir a diversidade e solapar as diferenças.

Por fim, na perspectiva de Althusser, é necessário pensar no papel que a Universidade tem junto à formação de professores e pesquisadores, no sentido de desvelar as relações desiguais que há por trás da constituição social. E esse papel de desvelar o que está oculto, o que parece ser natural, reproduzido pelo senso comum, mantém o status quo que favorece a uma minoria privilegiada pela condição de classe, neste caso, da burguesia. Não é só sobre a formação acadêmica, pois isso não impede a reprodução das ideologias dominantes: é sobre uma atitude perante o mundo, perante as injustiças sociais, as mazelas materiais causadas pela estrutura desigual das condições de produção, de troca e consumo, o que relega à maioria da população somente a pura sobrevivência. É papel, então, dos professores e futuros professores, uma pedagogia crítica, parafraseando Paulo Freire, no sentido de transformação da realidade, tornando-a mais inclusiva, mais igualitária, e não contribuindo para perpetuação da naturalização perversa das condições sociais.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Emancipação e educação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

DURKHEIM, Émile. **Educación y Pedagogia**. Buenos Aires: Editorial Losada. p. 7-73, 1998